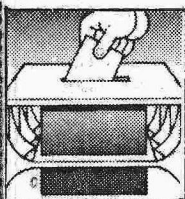


Eleição é irreversível, diz presidente do TSE

Para ministro Rezek, é imoral continuar duvidando da normalidade do processo eleitoral

JOYCE RUSSI



BRASÍLIA — A eleição presidencial é um caminho irreversível. Quem garante é o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Francisco Rezek, que classificou como "errado, tolo e imoral" o pensamento de quem ainda possa duvidar da normalidade do processo eleitoral deste ano. "A crise indica com mais intensidade a necessidade do processo eleitoral. Não vejo a eleição como ameaça à normalidade."

Sem nunca ter votado para presidente, o mais jovem ministro do Judiciário se declara otimista. Para ele, a solução dos problemas enfrentados no momento, pelo País, está na garantia de uma escolha democrática. "A eleição é a luz que se deseja no fim do túnel. Ela nos conduzirá, seguramente, ao renascimento de certas esperanças que andam adormecidas e abaladas", garante o ministro.

Professor de Direito Constitucional na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco, que forma os diplomatas do Itamaraty, Rezek vê de forma positiva a profusão de propaganda dos pré-candidatos na maior parte das cidades brasileiras. Segundo ele, ainda não houve abusos. "A participação de candidatos a candidatos nos programas partidários e outras formas de divulgação não caracterizam, necessariamente, propaganda eleitoral. O sistema legislativo eleitoral, nesta fase, só impede a propaganda voltada para as eleições", diz o ministro, lembrando não haver nenhuma lei que impeça as demais. Saber quem está disputando uma convenção, por exemplo, permite aos delegados de cada partido escolher melhor o seu candidato. "Não se consegue perseguir o objetivo lícito de ganhar a convenção ficando calado", afirma.



Protásio Nenê/AE

Rezek: escolha democrática é a luz no fim do túnel

DENTRO DA LEI

Alvo de duras críticas do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que tentou, há duas semanas, sustar a presença de Fernando Collor de Mello, candidato do PRN, nos programas do PTR e PSC, Francisco Rezek defende, argumentando que o Tribunal agiu conforme a lei. "O TSE examinou o pedido do PDT e não encontrou, nas leis vigentes, nada que o autorizasse a dizer que a participação de integrantes de outros partidos é proibida", explica o ministro. Rezek não descarta, porém, a hipótese de estes programas influenciarem o resultado das pesquisas de opinião.

"Todos sabem, e talvez os pedetistas melhor do que ninguém, que a presença de prováveis candidatos nos programas partidários pode significar propaganda eleitoral. Mas não me parece que tenha sido esse o problema do PDT, quando recorreu ao Tribunal."

Apesar de defender o direito de partidos e candidatos terem o mesmo espaço na propaganda gratuita em rádio e televisão,

Rezek é contrário à participação de partidos sem representação parlamentar no processo eleitoral deste ano. "O número elevado de partidos resulta da facilidade para se obter o regis-

tro provisório. Penso que o Congresso, agora, tem o dever de limitar o acesso das agremiações, em busca de um mínimo de consistência nas candidaturas", opina o ministro. "Se fosse dado a todos partidos o direito de lançar candidato em 15 de novembro, teríamos mais de 30 presidencialáveis."

Sobre os preparativos para a eleição, Rezek informa que o TSE já está trabalhando nas resoluções e calendários que vão complementar a legislação eleitoral. Segundo o ministro, o custo total da eleição deste ano deve ficar em torno de NCzs 40 mil. "Uma cifra pequena, se levarmos em conta que o dinheiro vai ser usado não apenas na confecção de cédulas e urnas, mas principalmente para pagar as empresas de informática que vão tornar mais ágil o processo final de apuração, permitindo ter o resultado em menos de dez dias", conclui o ministro.